



Cidadania na Frequência da UNESP FM: Uma Análise do Programa Interação Comunitária¹

Aline Meneguini²

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP- Bauru.

RESUMO

O artigo pretende contribuir para com a compreensão do rádio como veículo de comunicação que desempenha importante papel na construção da cidadania no Brasil. Assim como, a partir do referencial teórico busca-se avançar as discussões a respeito da potencialidade democrática radiofônica, aplicando as teorizações em contexto prático. Dessa forma, o programa Interação Comunitária, transmitido aos sábados pela UNESP FM, é analisado, e por meio da metodologia - análise de conteúdo em seu enfoque qualitativo tornou-se possível identificar a abordagem de cidadania e a maneira que os cidadãos são representados no objeto de estudo.

PALAVRAS-CHAVE

Rádio, Comunicação, Cidadania, Participação.

1.Comunicação e cidadania: concepções sintonizadas

De modo mais generalista, a cidadania pode ser entendida como posse de direitos e deveres, para Peruzzo (2007), a cidadania é histórica e processual. Nesse sentido, seu grau de direitos alcançados e ampliados condiz com a capacidade de articulação entre sociedade civil e âmbito político. Já para Kunsch (2005, p.22) “a cidadania refere-se aos direitos e às obrigações entre o Estado e o cidadão”. Mediante o relacionamento entre cidadão e Estado, Gohn (2003, p. 178) acredita que a definição de cidadania está relacionada a um processo no qual se encontram práticas sociais, econômicas, políticas, culturais, e tramas de articulações que explicam e simultaneamente são flexíveis às redefinições e ressignificações da relação entre indivíduo e Estado.

Com objetivo de alcançar uma conceituação mais atualizada do termo, Rubim (2003, p. 108), elucida que compreender a cidadania como reconhecimento do direito a ter direitos, por meio de um processo de apropriação de novos direitos e deveres ocorrentes em determinado ambiente sócio histórico com respectivas possibilidades e

¹ Trabalho apresentado no DT 5 – Rádio, TV e Internet do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas. Mestranda em Comunicação Midiática e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP.



constrangimentos, propicia o entendimento do termo como uma perspectiva em movimento e aberta a produção de sentidos.

Diante da modernização capitalista e da crescente exclusão, não é possível falar de uma cidadania plena no Brasil e nos outros países da América Latina. Portanto, a cidadania integral, segundo Covre (1991), coaduna-se com a construção de uma sociedade democrática mais justa, na qual os benefícios coletivos sejam usufruídos pela grande maioria da população.

Para Rubim (2003), a desigualdade social existente pode ser considerada como o constrangimento societário mais significativo. Cria-se um abismo entre a conceituação acadêmica de cidadania e sua prática real nas sociedades e assim, contata-se que: “a desigualdade social intensa, não resta dúvida, aparece como um dos maiores perigos para a realização plena da cidadania” (RUBIM, 2003, p.105).

A respeito da busca de formas mais democráticas para o desenvolvimento social, os meios de comunicação tornaram-se peças-chaves, pois a mídia atua como promotora do debate público. Além disso, a prática cidadã e democrática fazem-se necessárias no cotidiano dos indivíduos, no qual se encontram de forma centralizada esses veículos de comunicação.

Portanto, para que a população possa reivindicar livremente pelos seus direitos, segundo Tiene (2005, p.70) “os cidadãos devem ter à disposição um sistema eficiente de difusão de informação e de formação cultural”. Dessa forma, a comunicação possui uma relação orgânica com a cidadania; quanto mais comunicação mais cidadania e quanto maior e mais qualificada a cidadania, mais comunicacional esta sociedade será.

Nesse sentido, a comunicação mediada na contemporaneidade não se trata de apenas difusão de informação, ela constitui-se num espaço de produção e transmissão cultural, ou seja, numa arena pública para embates políticos e viabilização de políticas públicas. Compartilhando do mesmo ponto de vista Rubim (2003) esclarece:

(...) caberia reconhecer que a comunicação ao transmitir informações, sem dúvida, aparece como um dos requisitos essenciais para a realização da cidadania, desde a modernidade, e para a concretização de uma cultura política democrática, pois sem informação livre, plural e disponível, sem um conhecimento consistente do mundo e de seus assuntos, fica inviável a constituição de opiniões legítimas e independentes, porque equacionando interesses e conhecimento; a tomada de decisões genuínas e democráticas, porque orientadas pelo interesse público; a construção de uma segura cultura política com base em valores democráticos; enfim, o exercício satisfatório da cidadania (RUBIM, 2003, p.111).



A emergência de difusão informacional pluralista para manutenção do Estado democrático passou a ser latente na sociedade, devido às atenuantes discrepâncias consequentes de um desenvolvimento em detrimento dos direitos sociais dos cidadãos. E nesse sentido, “o papel da comunicação de massa na difusão e propagação desta ‘civilização que é propriedade comum’, assim, é inquestionável” (GENTILLI, 2002, p.41).

No entanto, na contemporaneidade torna-se evidente o descuido dos meios de comunicação para com o desenvolvimento social e cidadania. Por conta do neoliberalismo, o termo “cidadania” foi ressignificado, de direito a ter direitos e passou a ser repensado em seu cunho mercadológico, no qual o cidadão ganha status de cliente e consumidor de bens e serviços. Sendo assim, o cidadão torna-se receptor de bens e não mais detentor de direitos e acesso ao serviço público estatal (GOHN, 2003).

Sob a mesma perspectiva, Maria Cristina Mata (2006) discorre sobre as formas de representação dos cidadãos utilizadas pela mídia. Ela denomina a primeira forma como “sujeitos de necessidades”, na qual a abordagem informativa dos canais de comunicação apresenta os sujeitos por meio do sensacionalismo em meio a gritos, lágrimas, sofrimentos e diversas precariedades, nesse sentido, este cidadão aparece indefeso e desprovido de direitos. Segundo Mata (2006, p.9), essa estratégia desfigura as vozes dos sujeitos protagonistas dos acontecimentos noticiados.

Outra forma de apresentar o sujeito seria como “sujeitos de demanda”, nesse modo os cidadãos são os mesmos sujeitos carentes, no entanto, é explorada a capacidade de reivindicação, de organização social e de representação política. Esse tipo de aparição garante o status de sujeito de posse de direitos.

Dessa forma, a teórica sinaliza que independente da forma como será interpretada essa aparição dos sujeitos no ambiente midiático, se ora reivindicando seus direitos por meio de organizações e movimentos sociais; ora carentes e indefesos, “la presencia en la escena mediática otorga visibilidad y condición ciudadana, significa su irrupción en el espacio público” (MATA, 2006, p.9).³

2. A presença do rádio no cotidiano do cidadão

³ Tradução da autora: A presença na cena midiática outorga visibilidade e condição cidadã, significa sua incursão no espaço público.



Logo no surgimento e consolidação do rádio, mais especificamente entre as décadas de 1920 e 1930, o dramaturgo alemão, Bertold Brecht, já vislumbrava a potencialidade democrática do rádio e preocupava-se com a maneira que estavam sendo direcionados os conteúdos difundidos na época. Para o teórico era preciso transformar o veículo de meio de distribuição de informação para meio de comunicação e com isso explanava:

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele (BRECHT, 2005, p.42).

Desse modo, o teórico acreditava que o rádio possuiria uma eficiente importância social, desde que buscasse modificar a realidade dos seus ouvintes e envolver-se com o cotidiano deles. E nesse sentido, os indivíduos diante deste processo seriam compreendidos como cidadãos que instruem e não apenas seres que são instruídos. Portanto, Brecht nas suas análises em “Teoria do Rádio” já defendia a imersão do cidadão nas ondas radiofônicas, e assim, buscava o cumprimento de sua função social, na medida em que se preocupava com o funcionamento do rádio de acordo com o interesse público.

Em razão de suas reflexões desde o surgimento do rádio, Brecht (2005) pode ser considerado como pensador pioneiro na argumentação e sugestão sobre o papel estratégico do veículo em relação à democratização da comunicação. Além disso, o teórico explanava de modo enfático suas objeções:

Na minha opinião, vocês deveriam tentar fazer do rádio uma coisa realmente democrática. Neste sentido, obteriam logo uma série de resultados se, por exemplo, dispendo, como dispõem, de maravilhosos aparelhos de difusão, deixassem de estar simplesmente produzindo, sem cessar, em vez de tornar produtivos os acontecimentos atuais mediante uma direção hábil e que economize tempo (BRECHT, 2005, p.36).

Sob este ponto de vista, o teórico propunha uma programação radiofônica diferenciada, a qual deveria contar com a participação social, no entanto esta participação era refletida não apenas no ato de fornecer o microfone ao ouvinte dando-lhe o espaço para falar e expor sua opinião, mas no sentido de submeter à comunicação ao interesse e controle público, e assim, transmitir os anseios e necessidades da sociedade a qual está inserido (ZUCOLOTO, 2005).



Portanto, na comunicação radiofônica não é satisfatório apenas dar voz aos excluídos, é preciso saber como, o que dizer para quem, com quem, sobre o que, por meio de, através de.

Ou seja, não basta só realizar convites e fomentar a participação, faz-se necessário que a emissora radiofônica tenha estratégias de acolhimento e envolvimento para com seus participantes. De modo que, o público ouvinte, participante e a emissora articulem-se a fim de melhor servir as necessidades dos envolvidos nesse processo de comunicação. A respeito das possibilidades de obtenção de informação, Brecht (2005) já acreditava que as entrevistas funcionavam como uma excelente opção quando se pretendia conseguir informações de modo espontâneo e mais parecido com um bate-papo, pois os interrogados possuem menos oportunidades de argumentar de maneira mentirosa, fato recorrente na mídia impressa. Assim, a utilização de entrevista no rádio adequa-se de maneira natural à dinâmica do veículo, o que explica ainda ser aplicada na contemporaneidade:

Vemo-nos agora diante de um dos formatos mais conhecidos e reconhecidos por todos os públicos, mais usado por produtores e jornalistas em todos os meios de comunicação, em qualquer programa de rádio e que, em geral, classifica-se dentro do jornalismo de opinião: a entrevista. De outros formatos poderíamos, talvez, prescindir. Deste, não. Sem entrevistas, perderíamos a espontaneidade da conversa, a força do testemunho vivo, cortariam-nos as próprias raízes do conhecimento, que se alimentam de perguntas (VIGIL, 2003, p.268).

Além desta perspectiva, Brecht (2005) descontente com o que já observava nas irradiações das emissoras radiofônicas, propunha mudanças nas programações e defendia a participação social como ícone chave para que as mensagens transmitidas estivessem respaldadas nos acontecimentos, necessidades e anseios da sociedade a qual o rádio estava inserido: “Opino, pois, que vocês deveriam aproximar-se mais dos acontecimentos reais com os aparelhos e não se limitar à reprodução ou à informação” (BRECHT, 2005 p.37). Desse modo, o autor defendia que o rádio deveria estar presente nos acontecimentos no momento em que eles ocorrem, portanto, deveria manter certa distância dos estúdios a fim de estar mais próximo do cotidiano do ouvinte.

Sob o mesmo ponto de vista, José López Vigil (2003, p.269) pontua: “Que o rádio saia da rádio. Que os entrevistadores não fiquem esperando as pessoas, mas vão ao encontro delas. E que em nossas entrevistas se escutem todas as vozes e se respeitem todas as opiniões”. Além de respeitar as opiniões faz-se necessário também respeitar as



condições e limitações dos sujeitos, pois, mesmo que sejam convidados a participar é preciso direcionar o diálogo, de modo que o comunicador represente a boca dos seus ouvintes, e assim consiga reter de forma eficiente as informações que eles necessitam ouvir, como no caso explicitado pelo teórico:

A moradora de um bairro popular escreveu para a emissora reclamando a canalização do córrego de esgotos que o candidato prometeu e que nunca chega. Convide-a para vir à emissora. Faça-a entrar na cabine e peça-lhe que formule sua denúncia. O tapete, o ar condicionado, a luz fria, o silêncio, o microfone, o dedo levantado do operador, o sinal de falar... O mais provável é que nossa amiga se iniba e que sua denúncia tenha pouca força e muita formalidade. Agora, vamos inverter a situação. É o locutor que vai ao bairro. Reúne-se com os moradores, que lhe mostram a água empoçada, o mau cheiro. Tira o gravador e pede que lhe expliquem a situação. A moradora o fará com sua linguagem cotidiana, expressar-se-á com energia, levantando a voz. Está jogando em seu próprio campo. Está respaldada pelos vizinhos. E o problema está lá, à vista de todos (VIGIL, 2003, p.386).

Constata-se que as reflexões de Brecht (2005), continuam sendo pertinentes para a contemporaneidade e endossam as defesas, debates, conferências e demais iniciativas que visam à democratização dos meios de comunicação. A partir de seus pensamentos, os pesquisadores contemporâneos ampliaram suas reflexões a respeito do papel social do veículo na medida em que, compreendiam seu potencial na ampliação e manutenção da cidadania.

Muitos estudiosos compreendem o rádio como mero ancião dos meios de comunicação, pelo fato do veículo apresentar como fase de sua consolidação a década de 1930, na qual conquistou audiências mundiais e ser o primeiro meio de comunicação de massa com tecnologia baseada na radiodifusão, a qual agregava imediatismo em sua difusão.

Nessa época, com milhões de ouvintes espalhados no mundo, o rádio vivenciava seu auge, denominado “era de ouro do rádio”. Nos países latino-americanos, a modernização e a implantação do capitalismo deram-se com forte presença do veículo, facilitando a mediação entre projetos do Estado e da sociedade. Essa ligação levou Martin-Barbero (2001) a caracterizá-lo como “mediador popular em excelência”, na medida em que o veículo estava muito próximo das classes populares e traduzia o anseio de união e patriotismo dos governos.



Não resta dúvida de que o rádio ainda aparece como o meio de comunicação que mais facilita o acesso da população à informação. Nesta perspectiva Gisele Ortriwano assinala:

Entre os meios de comunicação de massa, o rádio é, sem dúvida, o mais popular e o de maior alcance público, não só no Brasil como em todo o mundo, constituindo-se, muitas vezes, no único a levar a informação para populações de vastas regiões que não tem acesso a outros meios, seja por motivos geográficos, econômicos ou culturais (ORTRIWANO, 1985, p. 78).

Renomados teóricos discorreram sobre as características democratizadoras do rádio dentre eles, Jesus Martín-Barbero (2001) e Nestor Garcia Canclini (2008). Ambos acreditavam na potencialidade de mediação popular do meio, de modo que focavam seus estudos no desempenho do veículo na modernização da América Latina.

Para Barbero (2001), com a implantação da televisão, o rádio reforçou sua característica mais marcante, a popularidade. Característica decorrente da restrição ao sonoro, o que permitiu uma abordagem discursiva e expressiva coloquial, tornando-o compatível ao cotidiano das classes populares, já que o ouvinte necessita apenas de uma atenção marginal para acompanhar sua programação. E assim, explicita que:

Esses traços tecnodiscursivos que vão possibilitar ao rádio *mediar o popular* como nenhum outro meio permitirão sua renovação, a partir de um entrelaçamento privilegiado da modernizadora racionalidade informativo-instrumental com a mentalidade expressivo-simbólica do mundo popular (BARBERO, 2001, p.263).

A partir dessa afirmação, Canclini (2008, p.262) lança um olhar comparativo sobre o rádio e a televisão nesse período: “O rádio ‘nacionalizou o idioma’; a televisão unifica as entonações, dá repertórios de imagem em que o nacional sintoniza com o internacional”. Mais que nacionalizar o idioma, o rádio traduziu, incluiu, reconheceu a cultura popular e interpelou as relações entre Estado e sociedade, fazendo desses países configurados como “quebra-cabeças”, “países dentro do mesmo país”, uma nação.

Quando se trata de Brasil, é importante salientar que a televisão alcançou número significativo de telespectadores em 1960, fato que revela o rádio como principal veículo entre as décadas de 1920 a 1960. Em vista disso, o rádio nesse recorte histórico é considerado como instrumento fundamental na formação de hábitos da sociedade brasileira, meio que promoveu o intercâmbio entre a modernidade e tradição, que integrou na identidade nacional as regiões mais longínquas do país, mediu e propiciou



a criação de novas práticas culturais e de consumo nas sociedades modernas (CALABRE, 2004).

Outra abordagem conceitual sobre o veículo condiz com as reflexões sobre suas características democratizadoras voltadas para fins educacionais. No Brasil, logo no surgimento do veículo, o idealizador Roquette-Pinto vislumbrava a enculturação das camadas populares por meio da comunicação radiofônica. Sob o mesmo ponto de vista do intelectual brasileiro, o comunicador e educador, Mario Kaplún (1978), desenvolveu seus estudos na década de 1970 sobre o veículo na América Latina. Para ele, os programas de rádio poderiam promover a cidadania por meio da comunicação participativa. E assim criou um método participativo, denominado cassete-fórum, cujo objetivo era promover o diálogo entre os receptores das mensagens dentro do processo comunicativo via rádio.

Para Kaplún (1978, p.34-35) um programa de rádio poderia constituir-se em elemento muito útil e válido de comunicação popular, na medida em que partisse da realidade concreta de seus ouvintes. Desse modo, poderia ajudar a comunidade a tomar consciência de sua própria realidade e com isso seus conteúdos estariam inseridos no processo de identificação social desta comunidade.

Independente do suporte tecnológico usufruído, a comunicação radiofônica ao longo de sua história buscou estar inserida no cotidiano dos seus ouvintes. Além disso, a cada vez que marcava sua presença na vida do ouvinte, de certa forma ansiava não apenas falar com ele, mas também ouvi-lo:

O rádio atual impulsiona uma cultura democrática do diálogo. Longe da velha concepção de radiodifusão, empreende uma concepção de rádio de comunicação em que se trata de aproximar seus interesses com os da audiência para criar uma comunidade radiofônica, como uma comunidade de vizinhos congregados na praça pública, onde há os que seguem com interesse a escuta do que outros propõem e os que queiram ser proponentes e debatedores das propostas uns dos outros. É uma cultura que se ramifica por diversas modalidades de participação (HERREROS, 2011, p.95).

Desse modo, a partir da reflexão do autor é possível compreender que o rádio, na medida em que se encontra cada vez mais envolvido com o cotidiano dos seus ouvintes, promove e propicia a construção de vínculos comunitários. Portanto, o ouvinte na escuta dos conteúdos radiofônicos realiza também o processo de identificação e com isso instiga-se o sentimento de pertença a uma comunidade.



3. Cidadania na UNESP FM: a experiência comunicativa do Programa Interação Comunitária

A Rádio UNESP FM, sediada na cidade de Bauru- SP é uma Unidade Complementar da Reitoria, vinculada ao Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativa (CRTVCE), da Universidade Estadual Paulista. Proclama-se pública, de caráter cultural e educativo, e mantém uma grade de programação diversificada, na qual oferece aos seus ouvintes cultura, educação e informação de interesse público. Em sua programação encontra-se aos sábados pela manhã, o programa Interação Comunitária, cujo principal objetivo é prestar serviço para comunidade bauruense, mais especificamente para as camadas mais empobrecidas da população (Classes C, D e E), sem acesso e oportunidade de participação nos meio de comunicação massivos.

Suas transmissões, com duração em média de de 30 minutos, são compostas por entrevistas, coberturas e divulgação de eventos, notícias sobre cultura, atualidade, educação, saúde, músicas e etc. Independente do conteúdo divulgado, o programa conta essencialmente com a participação de pessoas envolvidas com os acontecimentos, docentes das universidades, funcionários públicos, representantes de causas sociais, artistas da cidade e região, dentre outros.

O responsável e idealizador do Interação Comunitária, Vagner Silvestre, por meio da varredura que faz nos bairros da cidade de Bauru, coloca-se a disposição da população, insere-se no “mundo” das favelas e periferias e oportuniza a expressão desses cidadãos. Descobre e divulga eventos, manifestações culturais, transmite os diferentes modos de vida dentro da mesma cidade, chama à participação os desfavorecidos e esquecidos pela mídia massiva. O comunicador vai de encontro à vida nos bairros periféricos, integra-se e assim a partir da realização de entrevistas promove um diálogo no qual o ouvinte sente-se a vontade para expor sua opinião e interesses diante do microfone.

Em razão das especificidades do objeto de estudo, acredita-se que é possível dialogar o quadro teórico desenvolvido com a sua experiência comunicativa. Por meio da realização da análise de conteúdo, sob enfoque qualitativo, referenciado por Bardin (2009), optou-se por delimitar o *corpus* da pesquisa entre as transmissões de março de 2011 a março de 2012, selecionando-se dois programas de cada mês, por considerar amostra significativa do universo da pesquisa. Tal procedimento resultou um total de 26 programas a serem investigados.



A partir da análise constatou-se, que a comunicação mediada vivenciada no programa está carregada de informalidade, empatia e compreensão do comunicador a respeito da formação e criticidade de seus ouvintes e interlocutores, o que torna a transmissão via rádio um verdadeiro canal mediador de emancipação e promoção de práticas cidadãs a cada sábado. Como prova do reconhecimento regional, o programa foi homenageado em 2011 pela Comunidade Negra de Bauru, por meio do prêmio “Luiza Mahin”⁴.

Pelo conteúdo transmitido é possível detectar como o cidadão-ouvinte é compreendido e atingido pelo Interação Comunitária. No programa 07/05/2011 o comunicador Vagner Silvestre inicia a transmissão com uma espécie de vinheta que pode apresentar algumas pistas de como o cidadão é interpretado: “Você que participa da cultura e também das atividades na cidade de Bauru fique ligado no Programa Interação Comunitária” (VINHETA DE ABERTURA, 2011). A partir dessa chamada diretamente direcionada ao ouvinte é revelada uma conotação exclamativa e afirmativa a respeito da participação do ouvinte nos acontecimentos da cidade. Assim como se entende que seu ouvinte já é um cidadão ativo e por isso deve “ficar ligado” no conteúdo a ser informado.

Outro programa apresenta índices dessa abordagem ativa para seus ouvintes, de modo que instiga o cidadão a repensar sobre seu papel na sociedade. Na transmissão de 19/03/2011 a Professora Maria do Carmo Kobayashi, em sua entrevista problematizou a questão da violência na escola, ao explicitar que os problemas que existem na escola são um reflexo dos problemas que vivemos na sociedade, surgiu o seguinte questionamento:

Vagner Silvestre- Então a sociedade está com problemas professora?
Professora Maria do Carmo- Sim, só que tem um problema né Vagner.
Quem é a sociedade?
Vagner Silvestre- Somos nós.
Professora Maria do Carmo- Somos nós, então a gente fala assim:
“olha a sociedade está com problemas”, mas nós não nos encaixamos.
Qual é a parte que nos compete nesse espaço chamado sociedade?
(KOBAYASHI, 2011).

Nesse sentido, a professora entrevistada retirou o ouvinte da sua zona de conforto. A conformidade enfrentada pela professora convidada remete-se ao esvaziamento da categoria cidadania, por razão da massificação e homogeneização causada pelo incentivo midiático ao consumo, problematizado por Covre (1986). Ou

⁴Mais informações em <<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/2690/radio-unesp-recebe-premio-da-comunidade-negra-de-bauru>> Acessado em 28.jan.2013.



seja, o cidadão tende a compreender o processo de cidadania como uma negociação e uma doação de direitos. Na medida em que a entrevistada indaga sobre o papel do sujeito na sociedade, a professora o instiga a repensar sua atitude e questionar essa tendência equivocada a respeito da cidadania.

Com o trecho selecionado é possível refletir a respeito das concepções de Mata (2006) em relação à representação dos cidadãos na mídia. Desse modo, em vista da conotação da vinheta do programa e do questionamento feito na entrevista pode-se inferir que o objeto de estudo compreende seus ouvintes como sujeitos de demanda, aptos a agir, mobilizar-se, organizar-se e participar das atividades que acontecem no seu entorno.

Outro trecho que comprova essa postura do objeto de estudo foi transmitido no dia 17/12/2011, no qual Vagner Silvestre fazia a cobertura da Inauguração do segundo prédio da APIECE – Associação de Pais para Integração Escolar da Criança Especial, na ocasião a diretora técnica da entidade, Catarina Carvalho Teixeira discursou: “Nós temos que nos mobilizar, nós temos que fazer alguma coisa ao nosso redor, para que nossa vida melhore. Esse espaço aqui melhora a vida de 60 crianças deficientes mentais de 6 a 50 anos” (TEIXEIRA, 2011).

Esta noção de cidadania, além dos trechos acima citados, também é percebida no programa transmitido no dia 13/08/2011, no qual o Presidente da Federação da União das Associações de Moradores de Bauru e região, Jesus Adriano dos Santos elucida que: “A gente só consegue alguma coisa se a gente se unir se a gente reivindicar né” (SANTOS, 2011) e o comunicador Vagner Silvestre em seguida afirma: “Por que não basta só reclamar tem que participar ativamente das atividades para depois não reclamar” (RELATO DE LÍDER, 2011).

Portanto, o programa Interação Comunitária apresenta a cidadania como uma prática, um exercício de reivindicação e busca de direitos e demais benefícios a fim de alcançar uma vida melhor. O conteúdo do programa é direcionado não a uma sociedade amorfa e conformada com suas precariedades, pelo contrário convida o ouvinte a repensar não apenas sobre seus direitos, mas sobre seus deveres, a respeito de como pode agir para conquistar seus benefícios públicos.

Desse modo, compreende-se que o ouvinte imaginado pelo produtor e comunicador do programa – Vagner Silvestre- é um sujeito, morador de bairros periféricos, pertencente às camadas sociais C, D e E, capaz de inteirar-se dos assuntos de seu interesse e que o atingem de forma favorável ou desfavorável, está apto a



participar ativamente dos eventos e demais atividades na cidade e região, deve reivindicar e lutar por melhorias de sua condição de vida.

Por meio dos trechos demonstrados, percebeu-se o esforço do comunicador em instigar os ouvintes a agirem de forma autônoma sobre assuntos que lhes interessam, no entanto essa postura dá margem para questionarmos a respeito da suficiência dos convites e dos apelos à participação. Para Duarte (2011) informar é necessário, mas não o suficiente, além da troca de informações faz-se necessário um processo circular de mútua influência. Portanto, além de informar a respeito dos eventos que acontecem na cidade e na região é preciso preparar, conscientizar e sensibilizar o receptor para a importância de desempenhar uma postura menos passiva e mais autônoma, mostrando-lhes os benefícios e novos pontos de vista sobre os assuntos que o cercam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise de conteúdo constatou-se que o objeto de estudo trata-se de um espaço aberto para que os cidadãos residentes na cidade de Bauru-SP e região possam expressar-se a respeito de projetos e assuntos que o cercam. De acordo com as argumentações de Brecht (2005) e Vigil (2003) o programa coloca-se em comunicação com seus ouvintes, na medida em que estabelece uma relação orgânica com os Movimentos Sociais, ONGS, Entidades, Instituições, Órgãos Públicos, Secretários de Pastas da Prefeitura, músicos, artistas plásticos, professores, universitários, funcionários públicos da cidade de Bauru e região.

Além disso, detectou-se no *corpus* que o comunicador/produtor Vagner Silvestre, utiliza-se de maneira prioritária do recurso da entrevista para pôr-se em comunicação com seus interlocutores. E em alguns casos coleta depoimentos por meio de coberturas de eventos e manifestações. Essas coberturas *in loco* renderam um total de 13 entrevistas, ao somar suas durações tem-se 39 minutos. Considerando que o corpus possui um total de 780 minutos de transmissão, apenas 5% foram realizados fora do estúdio.

Portanto, acredita-se que o objeto deva explorar ainda mais a estratégia de colher as entrevistas *in loco*, para que assim os cidadãos possam expressar-se de maneira espontânea e a comunicação radiofônica seja mais próxima e condizente com os interesses de seu ouvinte.



A respeito da abordagem comunicativa do programa e a maneira que o cidadão é instigado, questiona-se sobre a sua importância para a viabilização de políticas públicas na cidade de Bauru e região e a suficiência da forma que é realizada a participação social. Pois, com a análise de conteúdo identificou-se a forma em que a cidadania e o público-alvo do programa são tratados e os recursos radiofônicos utilizados a fim de instigar os ouvintes para as práticas cidadãs, no entanto este percurso metodológico não forneceu indícios de como estas mensagens são apropriadas e reverberadas no cotidiano destes cidadãos-ouvintes.

Tal perspectiva direciona a reflexão a respeito da maneira que os conteúdos pautados na comunicação voltada para as práticas cidadãs podem propiciar uma postura ativa dos seus receptores em relação aos assuntos que os atingem de forma positiva ou negativa. Desse modo, constatou-se que além de ser necessária a preocupação dos meios de comunicação em relação ao seu comprometimento para com a construção da cidadania no país, faz-se necessário também a compreensão e acompanhamento da apropriação e reverberação dos conteúdos transmitidos nos cotidianos destes cidadãos.

Considerando que o objeto de estudo encontra-se na grade de programação de uma emissora pública, tornou-se possível corroborar a capacidade e potencialidade que a rádio em sua vertente pública usufrui em relação à emissão de conteúdos comprometidos com a cidadania, já que de certa forma não depende de interesses comerciais e possui autonomia, mesmo que limitada por razão de subsídios financeiros estatais, para promover práticas cidadãs. Entretanto, com o artigo tornou-se possível demonstrar, que os meios de comunicação públicos necessitam acompanhar os efeitos proporcionados e verificar a assertividade de suas emissões.

Neste sentido, uma alternativa para análise de sua eficiência seria a verificação de sua contribuição para viabilização das políticas públicas e a promoção da participação social em outros níveis, não apenas no conteúdo, mas na produção e na tomada de decisão da emissora pública. Desse modo, constatado sua importância e utilidade neste cenário eles poderiam ser considerados de maneira plena, como instrumentos de comunicação cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBERO-Martin Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.372p.



BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: edição revista e actualizada. Lisboa/ Portugal: Edições 70, 2009.

BRECHT, Bertold. (Tradução de Regina Carvalho e Valci Zuculoto) Teoria do Rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

CALABRE, Lia. **A era do Rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini (org). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **O que é cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ªed. São Caetano do Sul- SP: Difusão Editora (Série Pensamentos e Prática; v.4), 2011.

GENTILLI, Victor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação. **Revista FAMECOS** .Porto Alegre, nº 19, dezembro 2002.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania, Meios de Comunicação de Massas, Associativismo e Movimentos sociais. In: PERUZZO, Círcia Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003. 296p

HERREROS, Mariano Cebrian. O rádio no contexto da comunicação multiplataforma. **Revista Rádio e Leituras**. Ano II nº 2, julho- dezembro de 2011.

KAPLUN, Mario. **Produccion de programas de radio**: el guin- la realizacion. Ediciones CIESPAL, 1978.

KOBAYASHI, Maria do Carmo. Violência na escola. **Interação Comunitária**; Bauru, 19 de março de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Campos de Estudos Emergentes em Comunicação nas Novas Cidades. In: BEZZON, Lara Crivelaro (org). **Comunicação Política e Sociedade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras –estudos midiáticos**. Vol VIII nº1 – jan/abril/2006

ORTRIWANO, Gisela Svetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1985. 117 p.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs). **Relações Públicas Comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

RELATO DE LÍDER COMUNITÁRIO: **Interação Comunitária**. Bauru, Rádio UNESP FM, 13 de agosto de 2011. Programa de rádio. Duração: 30 minutos.



RUBIM, Antonio Albino Canelas. Cidadania, Comunicação e Cultura. In: PERUZZO, Círcia Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003. 296p.

SANTOS, Jesus Adriano. Relato de Líder Comunitário. **Interação Comunitária**; Bauru, 13 de agosto de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

TEIXEIRA, Catarina. Inauguração do Segundo Prédio da APIECE. **Interação Comunitária**; Bauru, 17 de dezembro de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

TIENE, Izalene. Comunicação, Cidadania e Controle Social na Gestão Pública. In: BEZZON, Lara Crivelaro (org). **Comunicação Política e Sociedade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

VINHETA DE ABERTURA. Interação Comunitária: Bauru, Rádio UNESP FM, 07 de maio de 2011. Programa de Rádio, duração 30 minutos.

ZUCOLOTO, Valci. Debatendo Brecht e sua teoria do rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005.